



ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE
CNPJ 07.783.321/0001-59

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20/10/2025, DE FORMA PRESENCIAL.

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, no Plenário da sede da Câmara Municipal de Praia Norte, localizada na Rua Getúlio Vargas, centro. Realizou-se a primeira sessão ordinária do referido mês, sob a presidência do vereador Clenildo Abreu de Oliveira. Após verificação do livro de presença, constatou-se o comparecimento dos seguintes vereadores: Maria Aparecida Alves de Sousa, Laís Rodrigues de Souza, Francisco Joel Felipe Carvalho, Ivonete Pereira de Castro, José Sousa de Lima, Francisco Rogério Gomes Madeiro, Larissa Maria Feitosa da Silva e Maria Rúbia Gomes Nunes. Contou com a presença de Urias Galvão. O senhor presidente convidou a vereadora Ivonete Pereira de Castro para proceder à leitura da Bíblia Sagrada, a qual foi realizada com a leitura do Livro de salmos capítulo 126. Em seguida, foi feita a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade. Aberto o livro do **Pequeno Expediente** de posse da palavra, a vereadora Maria Rúbia Gomes Nunes iniciou sua fala destacando que, juntamente com a vereadora Laís Rodrigues, esteve no povoado Camarão, onde visitou a Escola Redenção. Relatou que a realidade encontrada é revoltante e muito diferente do que foi prometido à população. Informou que a escola recebeu recursos consideráveis para reforma, apresentando inclusive um relatório detalhado, no qual consta que mais de R\$ 530 mil foram destinados à obra. Segundo o planejamento, os trabalhos teriam início em novembro de 2024, com prazo de conclusão de 90 dias; contudo, já estamos em outubro, e a reforma ainda não foi concluída, completando quase um ano de atraso. A vereadora relatou que os alunos não possuem uma sala fixa, pois precisam trocá-las constantemente para que a obra continue. Além disso, há salas sem ventilação adequada, sendo que alguns ventiladores foram improvisados pelos professores, amarrados com barbantes em cadeiras. Os quadros também estão apoiados em cadeiras, que demonstra a precariedade das condições de ensino. Rúbia afirmou que essa situação é vergonhosa para um gestor que diz valorizar a educação, e que é evidente o sofrimento de alunos e professores. Diante disso, solicitou que a Secretária-geral desta Casa de Leis elabore um ofício convocando o Secretário de Educação para comparecer à Câmara Municipal e prestar esclarecimentos sobre o motivo do atraso da obra, o prazo previsto para sua conclusão, e as medidas emergenciais que serão adotadas para melhorar as condições da escola. A vereadora concluiu afirmando que as crianças merecem um ambiente digno e respeitoso para estudar, e que o poder público deve agir com responsabilidade e compromisso com a educação. Na sequência, o vereador José Sousa de Lima fez uso da palavra e afirmou que compartilha da mesma indignação expressa pela colega vereadora. Disse ser inaceitável que,



ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE
CNPJ 07.783.321/0001-59

mesmo após o investimento de mais de meio milhão de reais, a escola permaneça em condições precárias, sem instalações adequadas, sem climatização e sem melhorias aparentes. O vereador questionou a real aplicação dos recursos públicos destinados à educação, afirmando que a situação é alarmante e merece apuração imediata. Comentou que, embora não tenha presenciado pessoalmente todas as irregularidades, tem recebido relatos de que até o Secretário de Educação estaria insatisfeito com a forma como os recursos vêm sendo utilizados segundo suas palavras “essa quadrilha de ladroes”. José declarou que é vergonhoso o estado atual da administração municipal, e que o descaso com a população exige uma resposta firme do Legislativo. Pediu aos colegas vereadores união e atitude, ressaltando que “já passou da hora desta Casa tomar providências concretas”. O vereador mencionou ainda a necessidade de avaliar a possibilidade de protocolar um pedido de impeachment da prefeita, considerando o descaso administrativo e o atraso de salários. Informou que o município possuem servidores que estão há quatro meses sem pagamento, e que a Câmara Municipal também possui quase R\$ 50 mil em repasses atrasados, o que compromete o funcionamento da Casa. Destacou que é inaceitável que professores tenham de ligar para vereadores pedindo fiscalização, e afirmou que os nove vereadores devem cumprir seu papel de fiscalizar e defender o povo. Lamentou que o município estivesse virando motivo de chacota em cidades vizinhas. O vereador relatou que a gestão realizou uma reunião a portas fechadas com alguns vereadores e secretários, ocasião em que foi dito que, se quisessem denunciar, poderiam fazê-lo. O parlamentar afirmou que não permanecerá calado diante dessa situação, considerando o episódio uma falta de respeito e motivo de vergonha para todos que o presenciaram. Disse ainda que é lamentável para quem permaneceu em silêncio diante de tal atitude, e com isso deixou registrada sua indignação. A vereadora Laís Rodrigues de Souza cumprimentou a todos os presentes, agradeceu a Deus pela oportunidade e afirmou que fazia uso da tribuna para manifestar sua indignação diante da situação alarmante em que se encontram as crianças da Escola Redenção. Disse que, juntamente com a vereadora Rúbia, esteve no local, onde conversaram com alunos, professores e colaboradores. Explicou que a visita ocorreu após denúncias de pais e servidores, que relataram o forte calor nas salas de aula e a falta de condições adequadas para o aprendizado. A vereadora destacou que se trata de uma obra que já deveria ter sido concluída, e que a demora na entrega tem causado sofrimento às crianças e aos profissionais da escola. Ela questionou: “Como uma criança pode aprender em meio a um calor extremo? E como um professor pode se sentir motivado a dar uma boa aula nessas condições?” Ressaltou que as crianças merecem um espaço digno, adequado e aconchegante para estudar. Disse que, como mãe de família, sente-se profundamente entristecida e que, junto com a colega vereadora Rúbia Gomes Nunes, decidiu trazer essa pauta à sessão por considerar a situação revoltante e inadmissível. De posse da palavra, o vereador Francisco Rogério cumprimentou a todos, desejando boa noite, e relatou que, na gestão passada, também esteve na Escola Redenção, onde ficou indignado com as



ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE
CNPJ 07.783.321/0001-59

parte da base da prefeita, não concorda com atitudes erradas e pediu que a gestora tome providências urgentes, pois a educação das crianças está em risco, afetando inclusive as gerações futuras. Em relação à fala do vereador José, sobre o atraso do duodécimo, Francisco Rogério declarou que não considera o fato vergonhoso, pois se trata de um acordo entre o presidente da Câmara e a prefeita. Explicou que, dentro desse acordo, o presidente vem cumprindo com suas obrigações, garantindo o pagamento dos salários dos vereadores e servidores, motivo pelo qual considera que a Casa está em ordem. O vereador afirmou ainda que não cabe a ele tomar decisões administrativas, mas que está à disposição para dar sua opinião ou sugestão, caso o presidente assim solicite. Destacou que é importante medir as palavras e agir com prudência, para não magoar ninguém, lembrando que todos os vereadores são colegas e companheiros de jornada política. Encerrando sua fala, Francisco Rogério destacou que, embora hoje estejam em grupos políticos diferentes, a amizade e o respeito devem permanecer. A vereadora Ivonete Pereira de Castro cumprimentou a todos os presentes e afirmou que desejava falar especificamente sobre a situação mencionada pelos colegas. Disse que compreende e concorda com a indignação expressa pelos demais vereadores, pois é inquestionável que as crianças estão sofrendo diante das condições atuais da Escola Redenção. A vereadora observou que, em sua opinião, o Secretário de Educação não tem autonomia para movimentar os recursos destinados às obras, e que, portanto, o ofício de solicitação de esclarecimentos deve ser encaminhado diretamente à prefeita municipal, uma vez que é ela quem detém a responsabilidade pela aplicação dos recursos públicos. Concluiu afirmando que o secretário, possivelmente, não teria condições de esclarecer em detalhes o destino do dinheiro, e que seria importante a presença da prefeita na Câmara para prestar os devidos esclarecimentos sobre a situação. Novamente de posse da palavra, a vereadora Rúbia dirigiu-se à nobre vereadora Ivonete, esclarecendo que, em momento algum, afirmou que o Secretário de Educação é o responsável pela gestão dos recursos financeiros. Explicou que apenas solicitou o envio de um ofício ao secretário, com o objetivo de que ele compareça à Câmara Municipal para esclarecer quais medidas emergenciais estão sendo tomadas a fim de melhorar as condições das crianças da Escola Redenção. A vereadora destacou que compreende que o secretário não movimenta os recursos diretamente, mas ressaltou que é direito e dever do secretário cobrar providências e buscar soluções junto à administração municipal. Acrescentou ainda que, durante a visita à escola, conversou com os alunos e perguntou o que eles mais desejavam para melhorar o ambiente escolar. Segundo relatou, as crianças responderam que gostariam de ter ar-condicionado e uma quadra de esportes. No entanto, logo em seguida, afirmaram que prefeririam primeiro o ar-condicionado, para aliviar o calor intenso durante as aulas, o que demonstra o sofrimento e a urgência de condições dignas para o aprendizado. Com a palavra novamente, o vereador José Sousa de Lima afirmou que, em momento algum, teve a intenção de ofender qualquer colega vereador, ressaltando que não direcionou suas palavras a nenhum vereador e que jamais faria isso. Explicou que apenas defendeu os direitos dos



ESTADO DO TOCANTINS
GOVERNO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE
CNPJ 07.783.321/0001-59

professores e dos alunos, que têm reclamado constantemente da falta de estrutura nas escolas. O vereador esclareceu que, ao mencionar o termo “quadrilha de ladrões”, não se referiu a nenhum vereador, mas sim à administração municipal, que, segundo ele, vem há anos explorando os recursos do município. José Sousa reafirmou seu compromisso de fazer a sua parte como parlamentar, fiscalizando e cobrando providências, e acrescentou que, caso algum vereador tenha se sentido ofendido pede desculpas publicamente, reforçando que não teve essa intenção. Por fim, destacou que já fez parte da base da gestão, mas decidiu se afastar por não concordar com práticas que consideram incorretas, reafirmando seu comprometimento com a transparência e a defesa dos interesses da população. O senhor presidente disse que compreende a indignação de todos diante da situação apresentada, ressaltando que esses problemas já vêm ocorrendo desde a gestão anterior. Afirmou que “uma andorinha só não faz verão”, destacando a importância da união e do trabalho em conjunto entre os vereadores. Acrescentou que, durante a reunião com a gestão municipal, em nenhum momento os vereadores permaneceram calados, todos se manifestaram e questionaram a administração sobre as demandas apresentadas. O presidente afirmou ainda que tem feito a sua parte, já tendo providenciado a documentação necessária e cobrado formalmente o repasse. Finalizou dizendo que os colegas vereadores devem evitar apontar o dedo uns para os outros e, em vez disso, unir esforços, pois todos fazem parte de uma mesma equipe, com o mesmo objetivo, que é o bem da população. Ressaltou também que, embora não se exponha com frequência, isso não significa que não esteja trabalhando e cumprindo com suas responsabilidades. Dando continuidade veio a mesa o projeto de lei de nº011/2025 do Poder Executivo Municipal no qual estabelece os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar – SISAN, criado pela lei Federal nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Após a leitura do projeto o senhor Presidente pediu que os vereadores analisassem com cautela para que futuramente possa ser colocado em votação. Não havendo nenhuma matéria a ser deliberado o senhor presidente declarou encerrada a presente sessão, convocou a próxima para o dia seguinte em local e horário regimental, eu secretaria lavrei a presente ata na qual deverá ser assinada pelo senhor presidente e demais vereadores presentes.

*Emílio Abreu de Oliveira, José Sousa de Lima,
Luís Rodrigues de Souza, Francisco R. G. Machado
Ivone Pereira de Castro, Maria Aparecida -
A. de Sousa, Maria Ríbia Gomes Nunes,
Francisco Sot. F. Laranjo
Fábio Maria J. de Silva*